



CENTRO DE ESTUDOS
EuroDefense – Portugal

Mesa Redonda

***A Crise da União Europeia
Implicações para Portugal***

Sínteses EuroDefense – 5

Lisboa, Novembro de 2005

Introdução

No quadro das suas actividades, o Instituto da Defesa Nacional e o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal organizaram e realizaram, em parceria e nas instalações do IDN, no dia 12 de Julho de 2005, a Mesa Redonda “**A Crise da União Europeia – Implicações para Portugal**” tendo como finalidade “Proporcionar a reflexão aprofundada sobre o panorama e perspectiva do processo de ratificação ou rejeição do Tratado Constitucional da União, no quadro das possíveis alternativas e das suas consequências, em particular no âmbito da PESC e das implicações para Portugal”.

Participaram como especialistas em questões europeias de segurança e defesa as seguintes personalidades: *Prof. Doutor João Marques de Almeida, TCor. José Braga, Dr. José Matos Correia, Dr. Carlos Gaspar, Dr. António Figueiredo Lopes, Emb. António Monteiro, Dr. Jorge Rosa Oliveira, TGen. José Pinto Ramalho, TGen. António Fontes Ramos, Dr. João Salgueiro, Gen. José Loureiro dos Santos, Prof. Doutor Luís Tomé e Dr. Álvaro Vasconcelos.*

O Documento Síntese que agora se edita foi organizado a partir das exposições e debate ocorridos na Mesa Redonda, tendo também em referência documentos sobre o tema elaborados e difundidos anteriormente pelo EuroDefense-Portugal.

Este documento, cuja metodologia foi do conhecimento e aquiescência dos participantes, é da responsabilidade de elaboração do EuroDefense-Portugal e tem por finalidade constituir-se num instrumento de registo e de difusão limitada a entidades com responsabilidade e interesse no processo de evolução da PESC/UE.

O Instituto da Defesa Nacional inseriu um texto no seu Newsletter nº 8 sobre a reflexão e debate ocorridos nesta Mesa Redonda.

Aqui renovamos os nossos agradecimentos a todos os participantes na Mesa Redonda pela sua disponibilidade e empenho nesta reflexão aprofundada.

Lisboa, Novembro de 2005

O grupo de redacção

MGen Mário Lemos Pires

Dr.^a Helena Carrapiço

Dr.^a Diana Vieira dos Santos

Índice

1.	PANORAMA DA REJEIÇÃO AO TRATADO CONSTITUCIONAL EUROPEU	4
➤	Das razões da rejeição do Tratado	4
➤	Análise das consequências.....	7
➤	Oportunidades que a crise sugere	9
2.	PROSSEGUIR COM A UNIÃO EUROPEIA	10
➤	Alternativas de acção	10
➤	Perspectivas sobre o Alargamento e a questão da Turquia	11
➤	Perspectivas para a evolução da PESD.....	13
3.	PORTUGAL PERANTE A CRISE DA UNIÃO	15
➤	Consequências para Portugal.....	15
➤	Oportunidades e opções	16

A Crise da União Europeia – Implicações para Portugal

Síntese da Mesa Redonda

1. PANORAMA DA REJEIÇÃO AO TRATADO CONSTITUCIONAL EUROPEU

➤ *Das razões da rejeição do Tratado*

Será difícil levar a cabo a identificação das razões da rejeição do Tratado Constitucional, pois são várias e dispersas as suas motivações. Convém, também, ter presente que a actual crise da União Europeia não advém do maioritário voto no “não” dos referendos realizados em França e na Holanda, ou do surpreendente resultado no Luxemburgo (cerca de 30% dos eleitores votaram “não”, quando as opiniões favoráveis à Europa, segundo o Eurobarómetro, sempre estiveram acima dos 90 %).

Mas é evidente, neste quadro, que o resultado destes mesmos referendos trouxe à Europa a consciência de que se encontra imersa numa crise que já se vinha arrastando há algum tempo.

Perante tal facto, a recusa do Tratado Constitucional não terá passado de um *fait-divers*. Não foi a rejeição do Tratado que criou a crise, foi a crise que levou à sua rejeição.

Não obstante, há quem considere, citando Felipe Gonzalez, que esta crise é um verdadeiro “terramoto político”. É a pior da União Europeia, sendo até mais grave que a crise de 1954 porque esta está sustentada por um voto popular. Trata-se, portanto, de um definitivo “não” ao Tratado Constitucional. Como tal, dever-se-á tentar perceber o que é que ele significa e assumir aquilo que é evidente – o Tratado Constitucional deixou de existir.

O processo da Construção Europeia foi feito de avanços e recuos, mas é reconhecido como tendo sido um sucesso. Talvez esta situação tenha vindo em boa hora. É urgente repensar a União Europeia, tendo de se parar a “bicicleta” e saber para onde se vai. Talvez haja um lado positivo nesta crise que a UE atravessa porque, caso não se manifestasse agora, eclodiria mais tarde e traria piores consequências.

Nem as reprovações nem as aprovações do Tratado são consensuais, os cidadãos estão divididos. Contudo, é possível identificar um padrão. Houve uma ruptura político-social e uma ruptura estratégica. Estas traduziram-se na cisão entre as gerações com mais de 50 anos (que aprovaram o Tratado nos referendos) e as gerações com menos de 50 anos (que o reprovaram): nos primeiros está ainda presente a memória da IIª Guerra Mundial e as suas consequências; nos segundos essa memória não existe. O que indica que são necessárias novas motivações para a existência de uma União Europeia. Houve também uma ruptura entre as elites (que aprovaram o Tratado) e outras fatias da população que o reprovaram, indicando que é efectivamente necessário explicar a Europa aos cidadãos. É ainda de salientar a ruptura entre a visão britânica da União Europeia e a visão franco-alemã.

São apontadas várias razões para a rejeição referendária do Tratado Constitucional: o **Alargamento** e a **abertura das fronteiras** foi o argumento mais realçado, mas também foram adiantadas outras hipóteses, como o equilíbrio entre a **soberania dos estados, a soberania inter-estados e a globalização** (que leva os cidadãos dos Estados - Membros a dividirem-se cada vez mais entre os que defendem o reforço da identidade nacional e os que defendem uma integração mais profunda), o **quadro de desenvolvimento da UE**, onde as negociações nomeadamente para o Quadro Comunitário de Apoio para 2007/ 2013 têm sido consideradas insatisfatórias, a **falta de liderança política** e o **défice democrático** que afasta as populações das instituições europeias.

Em suma, o “não” deveu-se ao facto dos cidadãos pressentirem a crise na UE, ao mesmo tempo que avaliam os seus actuais políticos como incapazes de resolver os seus problemas. Ou dito de outra forma, o cliente francês e o cliente holandês recusaram o produto dos seus políticos: o Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa.

Os argumentos apresentados tentam explicar não só o “não” nos referendos como as razões da crise na União Europeia.

No que respeita ao **Alargamento**, expressa-se a opinião de que este nada tem a ver com a rejeição do Tratado. Segundo estatísticas do Eurobarómetro, apenas 3% dos franceses apontam o alargamento a novos países como uma das razões para terem votado “não”. Contudo, para alguns, o problema é conjuntural, uma vez que o princípio

do alargamento já estava errado. O aprofundamento da UE não pode ir tão longe que retire determinadas capacidades aos Estados – Membros. Nesta perspectiva está inerente o receio da imigração, logo da insegurança, do desemprego e da possibilidade da perda do modelo social europeu.

O processo de Construção Europeia foi fabricado **à margem dos cidadãos** que, descontentes com a realidade sócio – política actual, imputam à União Europeia todos os males que o fenómeno da **globalização** acarreta, pois pressentem que não há uma solução convincente para esse mesmos problemas. Uns vêem a liberalização dos mercados como um problema, outros vêem-na como o melhor modelo económico. Uns vêem a **abertura das fronteiras** como uma oportunidade, outros encaram-na como uma forma de aumento da instabilidade e da imigração ilegal. Assiste-se, assim, a um dilema – ou se escolhe uma Europa como centro de globalização através do alargamento ou se opta por uma Europa isolada e fechada sobre si mesma.

No **quadro de desenvolvimento da UE** referem-se os profundos desequilíbrios do quadro financeiro e orçamental comunitário, citando-se elementos absurdos como o “cheque britânico” e a PAC – que consome quase metade do Orçamento UE (48%), num sector que emprega menos de 4% da população europeia (quando o desemprego é um dos grandes flagelos europeus), sendo que ¼ desse bolo PAC se destina a um único país, a França!

Neste quadro também se refere o maior dilema que a todos respeita e que é o **declínio europeu**, de que foram presentes os seguintes dados:

– Segundo *Philippe Colombani*, em “*World Trade in the 21st Century*”, enquanto a parte dos EUA no PIB mundial passará de 25% em 2000 para 24% em 2020 e 23% em 2050, a da Ásia subirá de 35% em 2000 para 43% em 2020 e 45% em 2050, a da Europa cairá de 23% em 2000 para 21% em 2020 e 12% em 2050...

– Ao mesmo tempo, entre os anos 2000 e 2050, a população activa dos EUA aumenta de 269 milhões para 355 milhões enquanto que, nesse período, a população activa na Europa diminui de 331 milhões para 243 milhões – ou seja, é como se 90 milhões de europeus activos fossem entretanto produzir para os EUA!

– Segundo um estudo do *The Economist*, hoje, a idade média nos EUA é de 35,5 anos e na Europa é já de 37,7 anos. Em 2050 a idade média nos EUA será de 36,2 enquanto que, na Europa, será, a manterem-se as tendências actuais, de 52,7 anos!

– Segundo o antigo *Comissário Michel Barnier*, os EUA “gastam” o dobro da Europa em investigação científica: 1200 euros anuais per capita nos EUA para 600 euros anuais per capita na União!

Para alguns, a questão central com que a União Europeia se debate hoje está relacionada com a **liderança política**, cuja missão é de clarificar os problemas europeus e de identificar os caminhos a seguir, esbatendo desta forma o divórcio entre as elites dirigentes e os cidadãos. Estes querem mais emprego e mais segurança e a Europa não lhes dá a resposta que eles querem ouvir. Houve sempre um desígnio que motivasse o processo de Construção Europeia. Actualmente não existe desígnio, o que também é reflexo da ausência de liderança. O Tratado Constitucional apenas trazia de novo algumas soluções institucionais e algumas repostas a uma série de problemas que se advinham do Tratado de Nice. Por isso não foi suficientemente motivador.

Actualmente os cidadãos europeus estão mais conscientes e pretendem pronunciar-se acerca das medidas políticas a tomar; por isso os líderes europeus precisam de ter isso em consideração. Os europeus, de um modo geral, sempre acharam que a União Europeia resolveria os seus problemas e, quando isso deixou de acontecer, reagiram negativamente. A rejeição não foi, portanto, uma negação ao Tratado em si mas foi, sim, uma negação à indefinição e à incapacidade de resolver os problemas.

Falta ainda acrescentar que é factual, em França e não só, que a ideia de chamar Constituição a um tratado europeu foi, por si só, base de controvérsia, isto é, o nome do Tratado ainda complicou mais a já delicada situação.

➤ *Análise das consequências*

A rejeição da Constituição Europeia nos referendos realizados na França e na Holanda, deixou a União Europeia a braços com um vazio institucional. Também ficou consensualmente evidente que a Europa está a atravessar uma grave crise, cujas características e causas começam a ser abertamente conhecidas e debatidas.

Sobre os cenários, as consequências e as soluções da crise, as opiniões não são unânimes. Mas existe um ponto de partida que parece comum: **o problema que se atravessa é uma oportunidade (e uma necessidade) de repensar a União Europeia.** Isto é, a rejeição do Tratado levou a que o debate se deslocasse para a missão e a natureza da União Europeia.

Que cenário resulta da rejeição da Constituição?

Para os mais optimistas, a rejeição do Tratado Constitucional não é uma tragédia, nem põe em causa a União Europeia. Apesar de estarmos a passar por uma crise, é necessário relativizá-la e enfatizar o muito que a União tem conseguido e o carácter único e positivo do projecto Europeu.

Há visões mais negativas: os dirigentes europeus estão cegos e têm-se recusado a aceitar que o Tratado Constitucional morreu. Só assumindo esta realidade é possível partir para uma nova União, aproveitando as oportunidades que a crise criou.

Mas a realidade é que a crise provoca mudanças. A Europa tem agora três caminhos possíveis, cada um com as suas diferentes consequências: (1) a União Europeia pode voltar a ser uma Europa de nações; (2) poderá optar por uma integração do tipo de uma grande Suíça, politicamente neutral e economicamente integrada; (3) ou manter a integração através de uma solução para o Tratado. O terceiro cenário significa começar um novo debate para encontrar uma solução com base no Tratado Constitucional agora rejeitado; os Estados-Membros tentariam salvar as partes menos controversas do Tratado, fazendo-as passar nos parlamentos. Esta solução passaria, entre outras coisas, por congelar os referendos ainda por decorrer, para explicar melhor às populações as razões para o “sim”.

Nenhuma das hipóteses acima referidas é, no entanto, nem ideal, nem suficientemente consensual. Enquanto que as duas primeiras hipóteses são encaradas, por um lado, de forma positiva por aqueles que desejam ter uma União onde as soberanias nacionais têm maior peso, por outro, são vistas como um retrocesso no processo de integração. No que diz respeito à terceira hipótese e, embora sendo a que provavelmente reúne o maior número de apoiantes entre a população europeia, também ela é alvo das críticas dos defensores do “não”, que argumentam que a sua escolha democrática, expressa nos resultados dos referendos, não está a ser levada

suficientemente a sério. De facto, os referendos francês e holandês, se não corresponderam às expectativas das instituições comunitárias, isso não pode significar que os seus resultados não tenham de ser tidos em conta. As elites políticas europeias vão ter, pois, que aceitar a decisão popular e prosseguir tendo-a em boa atenção.

A União Europeia tem ainda que fazer uma escolha fundamental para o seu futuro: ou optar por estar no centro do processo da globalização, continuando o alargamento e assumindo-se como um actor internacional credível, ou estancar essa possibilidade, isolando-se cuidando da sua segurança e das fronteiras, numa política de boa vizinhança. Quanto a estas opções, existe grande divisão. Há quem advogue uma pequena Europa, que não sofreria de problemas de sobre-extensão enquanto outros defendem que, por razões de segurança e de princípios, a União deveria alargar-se à Turquia e mesmo à Ucrânia, podendo assim proteger melhor todo o espaço europeu não-russo.

Para solucionar a crise a Europa tem de encontrar um (novo) desígnio, bem como uma (nova) liderança. Tony Blair, o Primeiro-Ministro britânico, começa a perfilar-se como novo líder europeu, mas as suas propostas não são suficientemente claras e mobilizadoras.

Para encontrar esse desígnio é necessário identificar e assumir a posição que a Europa deve e quer ocupar no Mundo. Só assim será possível criar e desenvolver um pensamento estratégico.

Esse caminho tem de ter em conta duas vertentes: primeiro, perceber qual a extensão da Europa que se pretende e até onde pode ir o alargamento; segundo, que o sistema internacional está a mudar radicalmente e é nesse contexto que a Europa deve pensar o seu futuro, deixando de o prever com base em pressupostos do passado. Se a maioria das vezes a Europa avançou fruto de impulsos externos, este enquadramento é, neste momento, um forte impulso nesse sentido.

➤ *Oportunidades que a crise sugere*

Actualmente, a Europa tem razões para reforçar a sua união.

Por um lado, tem de o fazer por questões económicas, principalmente devido à emergência da China e da Índia como potências económicas e políticas. Para isso, é necessário deixar de pensar a economia com base no modelo vigente antes do fim da Guerra-Fria, o que ainda se continua a fazer, com resultados negativos. Esse modelo já não favorece a Europa, como no passado, mas favorece a China que tem um mercado maior e mais atractivo para investimentos estrangeiros.

E por razões de segurança. Basta recordar que os dois últimos grandes atentados terroristas foram em Madrid e Londres, para perceber que a Europa tem no terrorismo uma ameaça real. Além disso, está a tornar-se evidente que a Al-Qaeda tem forte implementação na Europa. Se antes o terrorismo não recolhia unanimidade na União enquanto luta prioritária, é de crer que passará a fazê-lo, fortalecendo a coordenação e eficácia mas também a coesão.

Ainda quanto às questões de segurança, é aconselhável e útil aproveitar a oportunidade para reforçar as relações transatlânticas. É necessário clarificar a Política Europeia de Segurança e Defesa – apesar de não ter estado na base das razões do chumbo do Tratado na França e na Holanda – que parece ter vindo a ser orientada para um crescente afastamento da NATO. A União Europeia deve fazer o caminho inverso, uma vez que é essencial que a Aliança Atlântica e a UE se complementem, já que as grandes ameaças que enfrentam são as mesmas (apesar da sua percepção ser diferente, quer dos Estados Unidos em relação à Europa, quer nos diferentes países da Europa).

2. *PROSSEGUIR COM A UNIÃO EUROPEIA*

➤ *Alternativas de acção*

É preciso coragem política para enfrentar os problemas e a crise que a União Europeia está a atravessar. Enquanto não a conseguir, a União não os ultrapassa. É neste contexto que a UE deve aproveitar a crise – que já existia mas que foi clarificada pela rejeição aos tratados na França e na Holanda – para se transformar e adaptar a este sistema internacional que está a emergir. Para isso, deve concentrar-se nos seus desígnios, que estão dependentes de uma liderança forte (mesmo que isso implique ir contra a vontade dos cidadãos) e de decisões que têm de ser tomadas agora, nomeadamente quanto ao futuro da relação transatlântica e da NATO.

Também é necessário não esquecer o envelhecimento das populações. Este processo coloca em causa os modelos sociais dos países que constituem a União Europeia e evidencia o declínio demográfico existente na Europa, outro enorme desafio que requer intervenção política.

Ora, esta constatação obriga a uma reflexão e conseqüente reforma do modelo de integração Europeia. O projecto Franco-Alemão foi chumbado nos referendos francês e holandês. Além disso, o modelo social europeu – que decorre desse projecto – está esgotado, particularmente se olharmos para as necessidades do futuro.

A União Europeia terá ainda de optar por apostar na competitividade, na criação de emprego e numa mais profunda relação entre quadros institucionais e cidadãos. É, assim, agora importante tentar não acelerar o processo de integração.

Independentemente do modelo de integração escolhido no futuro, será sempre necessário lidar com o divórcio entre a Europa Institucional e a Europa dos Cidadãos. O Conselho tem de mobilizar estes últimos para o projecto europeu. É importante uma ideia mobilizadora dos cidadãos relativamente à União, um projecto para melhor garantir a sua segurança. A União Europeia tem de encontrar a solução para os problemas do dia-a-dia dos seus cidadãos, que agora tanto os afectam como desanimam.

➤ *Perspectivas sobre o Alargamento e a questão da Turquia*

Quanto à questão do alargamento, principalmente no que respeita à Turquia, apontam-se argumentos (contra e a favor da integração deste país) com base em três aspectos diferentes: políticos, de segurança e culturais.

As questões que se colocam são deste tipo: Qual o verdadeiro impacto do Alargamento? Terá o Alargamento parado o aprofundamento institucional da União Europeia? Devemos alargar mais a União Europeia? Como lidar com os problemas adjacentes a uma ausência de consenso? Se para uns o Alargamento é tido como benéfico, para outros, em particular no caso da Turquia, é um dos factores que contribui para a crise que hoje atravessamos.

Quanto a argumentos políticos questiona-se o processo que levou à assinatura de um Acordo de Associação entre a Comunidade Europeia e a Turquia em 1963. Esta

decisão foi inconsequente e mal justificada. Por seu lado a Turquia, tal como qualquer outro candidato, ambiciona obter as vantagens financeiras que a União Europeia tem dado aos seus membros, principalmente os fundos estruturais.

A União Europeia tem de se questionar se está disposta a ser uma contribuinte líquida num projecto com que cada vez menos se identifica. Uma União alargada iria funcionar, como aliás já funciona, a duas velocidades. É necessário pensar, dentro da União Europeia, o que é melhor para os seus Estados-Membros. A realidade é que o orçamento é cada vez menor para cobrir todas as despesas. Neste contexto, a recusa à adesão da Turquia não passaria pela cultura ou pela religião, mas sim pelo simples facto de não haver mais capacidade para a sua entrada. A Turquia deve entrar se isso também trouxer benefícios à União Europeia e não apenas pelo bem que irá fazer à Turquia.

Quem partilha desta opinião considera que é preciso assumir, por questões estratégicas, um limite ao Alargamento da União Europeia. Deve-se optar por uma pequena Europa (que inclua, evidentemente, os países pós-soviéticos). O alargamento não pode ir longe ao ponto de retirar determinadas capacidades aos países. Ou seja, as dimensões da UE devem permanecer como estão por razões estratégicas. Mas não existe coragem política para negar a entrada à Turquia. Terá de ser com toda a frontalidade, porque há um limite geográfico às fronteiras da União Europeia. No entanto, mesmo os partidários desta posição, pensam que é agora muito difícil recusar a entrada à Turquia.

A recusa à Turquia coloca um segundo problema político: o país tem feito um enorme esforço de reformas a vários níveis – dos quais se realçam as grandes mudanças relativas à protecção dos direitos humanos. Seria difícil explicar que, depois de todo este empenho, a Turquia não poderia juntar-se ao clube Europeu. A recusa teria consequências graves para a UE. Afinal a integração tem-se processado com base na ideia “a cenoura e o pau”; ou seja, recusar as cenouras a quem as mereceu seria negativo para o espírito político da UE.

Quanto a problemas culturais, a rejeição da Turquia pode levar a um grave problema relacionado com a passível interpretação do “choque de civilizações”. Como seriam geridas as consequências da recusa à entrada da Turquia? O “não” à Turquia poderia ter implicações para a definição identitária da União. Poderia correr-se o risco

de voltar a questionar a laicidade da União, versus a sua origem comum cristã. Este argumento excluiria a Turquia de todo o debate.

Este último argumento leva também a um problema de segurança, que pode ser visto como uma faca de dois gumes: a Turquia é um exemplo de integração por projecto político e não cultural. Se for recusada, o mundo islâmico pode ver esta recusa como uma afronta à sua cultura, o que pode ter consequências, nomeadamente do ponto de vista do terrorismo internacional. Por outro lado, a inclusão da Turquia cria receios relativamente à imigração de muçulmanos para a Europa. No entanto, seria muito grave recusar a entrada à Turquia tendo sido cumpridos todos os pressupostos democráticos, apenas por ser um país muçulmano.

Por outro lado, também é entendido que a União Europeia é uma rede de múltiplos interesses nacionais – não um projecto cultural - sendo por isso um erro negar a entrada da Turquia. O que interessa aos cidadãos é resolver os seus problemas políticos e não tanto a ideia de viver com valores diferentes. O que é profundamente benéfico para a União Europeia é a paz e a inclusão, pois é a inclusão que vai definindo a Europa.

No final de todas estas reflexões, fica evidente que não há consenso quanto à entrada da Turquia mas também fica a ideia de que quanto mais se adiar a solução, mais complicada ela será.

➤ *Perspectivas para a evolução da PESD*

Nos trabalhos da Convenção a PESD foi uma das matérias que apresentou dificuldades para se chegar a consenso, mas a PESD não foi a causa ou das causas que levaram às rejeições do Tratado Constitucional nem paralisou por razão da actual crise.

Mantêm-se alguns importantes condicionamentos na definição e no desenvolvimento da PESD e que vão continuar ou evoluir muito lentamente. Referem-se, em especial, os seguintes:

- a dificuldade de consenso na identificação dos objectivos estratégicos e do conceito estratégico da União;
- a dificuldade na assumpção e exercício, pelos cidadãos da União, da Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) que se mantém mais como um objectivo do que

uma realidade, que não consegue entrosar-se suficientemente com as identidades nacionais e que se vê ameaçada pelos surtos de nacionalismo que a crise propicia;

- as diferenças na percepção das ameaças e da sua periculosidade, pelos diversos Estados-membros e entre a União e os EUA;

- o facto de os cidadãos da União serem mais sensíveis às questões do bem-estar do que da segurança, como se elas não fossem indissociáveis;

- os discursos políticos conterem, com frequência, objectivos estratégicos irrealistas e exclusivos.

Por outro lado, são evidentes os progressos da PESC, materializados numa política externa europeia cada vez mais fiável e visível, conjugada com intervenções militares e humanitárias eficazes, não só no espaço europeu mas também fora da Europa. Neste contexto, a União vai, progressiva e naturalmente, assumindo o papel de actor internacional, com o apoio da sua opinião pública.

Neste âmbito são de realçar duas iniciativas estruturantes para a PESC, tanto mais que o seu desenvolvimento não tem sido afectado pela actual crise europeia. Trata-se do desenvolvimento do conceito “*Battle Groups*” possivelmente associado à “cooperação estruturada permanente”, inscrita no Tratado Constitucional, e à criação da Agência Europeia de Defesa”. São dois projectos em curso, com programação e calendário aprovados e que estão a despertar grande interesse e adesão nos Estados-membros. Este caminho, positivo e oportuno, pode e deve ser também um factor de coesão entre os Estados-membros; mas para que assim aconteça é necessário prevenir a tentação de protagonismos para a formação e consolidação de directórios, com grave risco de exclusão para os médios e pequenos países.

No quadro das relações entre a UE e a NATO não são visíveis perturbações resultantes da actual crise, tornando-se oportuno e importante prosseguir e incrementar o ambiente de parceria, garantindo que as grandes decisões políticas e estratégicas sejam objecto de consultas mútuas e que, quando for esse o caso, a repartição do trabalho estratégico entre europeus e americanos nunca seja fracturante mas sim no sentido das responsabilidades assumidas e das respectivas capacidades.

A prevenção e o combate ao terrorismo internacional com base no radicalismo islâmico, na sequência dos violentos atentados em Estados-membros da União, pode e

deve ser também um factor desenvolvimento, coordenação e eficácia da PESD e de coesão entre os Estados da União.

Finalmente torna-se necessário nesta fase de desenvolvimento da PESD durante a crise que, por razões de coesão, pragmatismo e prestígio, a selecção dos objectivos estratégicos e dos seus inerentes programas e os respectivos discursos políticos de anúncio, sejam mais realistas e coerentes com as capacidades existentes ou a gerar, a vontade política comum e o apoio da opinião pública europeia.

3. PORTUGAL PERANTE A CRISE DA UNIÃO

➤ *Consequências para Portugal*

Os portugueses partilham do desconforto que se apoderou da generalidade dos europeus quanto ao futuro da sua União. O “não” da França e da Holanda ao referendo sobre o Tratado Constitucional causou surpresa e impacte significativo em Portugal, agravando receios. Mas Portugal não deitou mais lenha para a fogueira, antes procurou a ultrapassagem da crise política através de consensos.

Mas é evidente que a relação com a União já não tem o mesmo grau de adesão e confiança por parte dos portugueses que diminuíram o seu interesse, favorecendo a tendência para atribuir o agravamento da crise económica em Portugal à situação na UE, pondo em causa a vantagem da sua integração.

Esta situação tem implicações de risco para Portugal, entre as quais se referem o crescimento do eurocepticismo entre os portugueses, a possibilidade de aparecimento de movimentos nacionalistas que criem fissuras dentro dos próprios partidos e provoquem o colapso do consenso entre os grandes partidos sobre a integração na União e a possibilidade de Portugal ser forçado a viver o caminho para um directório.

Os cidadãos portugueses têm participado muito pouco na concepção e construção da UE que tem sido feita demasiado à margem dos europeus. Acresce que a segurança e defesa não é um assunto com suficiente debate em Portugal. Na actual crise nacional e europeia, os portugueses conferem muito baixa prioridade à questão da segurança e defesa colectiva preocupando-se, quase em exclusivo, com a segurança individual.

A NATO, no período crítico da crise, não foi objecto específico de críticas em relação à aliança estratégica com os EUA, continuando em bom ritmo as relações entre a União e Aliança, o que é positivo para Portugal que tem o maior interesse em se manter num espaço geopolítico que abranja os EUA e a Europa.

➤ *Oportunidades e opções*

O debate europeu que provocou o “não” aos referendos da França e Holanda não pôs em causa a Política Externa e de Segurança Comum. Por isso, o seu desenvolvimento não sofreu de paralisia ou bloqueamento, podendo até ser utilizado como instrumento dinâmico na actual situação da UE.

Neste contexto, Portugal não tem tempo para parar porque estamos em tempo de mudanças; se o fizermos, o nosso lugar fica vazio e perdemos o comboio da Europa. Portugal tem de ter uma estratégia própria. Tem de saber aquilo que quer, como acontece com os outros países pequenos da União e “usar” a UE quando é necessário e “usar” as outras relações com o mundo. O principal objectivo de Portugal – agora – tem de ser a definição dos seus objectivos e da sua estratégia. É assim que o sistema internacional funciona.

É necessário procurar soluções para o futuro, fazendo comparações com outros países da nossa dimensão e perceber o que está errado, identificando insuficiências a nível nacional. Portugal tem de ter mais capacidade de intervenção; a incapacidade nacional transforma-se em incapacidade ao nível europeu.

O interesse nacional em se manter no espaço geopolítico que abranja os EUA e a Europa aconselha a que seja dada prioridade e capacidade para desempenho efectivo actual na NATO (no quadro da *NATO Response Force-NRF*) e na UE (no quadro dos *Battle Groups-BG*). Igualmente, no processo do desenvolvimento da Identidade Europeia de Segurança e Defesa deve garantir-se o quadro de parceria com a NATO e não a sua marginalização.

Esta participação recente, na *NRF* e nos *BG*, a que se acrescenta a participação na Agência Europeia de Defesa (AED), deve constituir-se como um dos factores, orientadores e determinantes, para a reestruturação em curso nas Forças Armadas de Portugal.

Igual prioridade e qualificação devem ser assumidas, no quadro da reestruturação das Forças Armadas de Portugal, para a sua capacidade no seu desempenho de segurança no espaço estratégico de responsabilidade de Portugal, que decorre do interesse nacional mas também do interesse de segurança colectiva da União e do interesse da segurança internacional.

Mesa Redonda IDN – EuroDefense

Participantes

Prof. Doutor João Marques de Almeida

TCor. José Braga

Dr. José Matos Correia

Dr. Carlos Gaspar

Dr. António Figueiredo Lopes

Emb. António Monteiro

Dr. Jorge Rosa Oliveira

TGen. José Pinto Ramalho

TGen. António Fontes Ramos

Dr. João Salgueiro

Gen. José Loureiro dos Santos

Prof. Doutor. Luís Tomé

Dr. Álvaro Vasconcelos

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Calçada das Necessidades, nº 5
1399-017 Lisboa
Tel: (351) 21 392 46 00
Fax: (351) 21 392 46 58
E-mail: idn@idn.mdn.gov.pt
Site: www.idn.gov.pt

EURODEFENSE-PORTUGAL

Praça das Indústrias
Apartado 3200 – EC Junqueira
1301-965 Lisboa
Tel: (351) 21 360 11 15
Fax: (351) 21 363 56 08
E-mail: eurodef@aip.pt
Site: eurodefense.aip.pt